

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.107 - RJ (2019/0130877-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : LEONIDIA DE SOUZA VIEIRA**  
**REPR. POR : ESTHER SOUZA VIEIRA DE ARAUJO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**  
**ADVOGADO : ALESSANDRO LUCIO TELES - RJ092911**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por LEONIDIA DE SOUZA VIEIRA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PROPOSTA EM FACE DE ENTE MUNICIPAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. DIREITOS À SAÚDE E À VIDA. AMPARO CONSTITUCIONAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 6º E 196 DA CRFB/88. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL QUANTO AOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E À FIXAÇÃO DE *ASTREINTES*. CABIMENTO DA FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA A SER REVERTIDA EM FAVOR DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 3º, I DA LEI ESTADUAL Nº 1.146/87. VERBETE SUMULAR Nº 221 DO TJRJ. VALOR FIXADO. REDUÇÃO. MATÉRIA DE BAIXA COMPLEXIDADE. MULTIPLICIDADE DE CAUSAS ANÁLOGAS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ENUNCIADO Nº 182 DA SÚMULA DO TJRJ. MULTA COMINATÓRIA DEVIDAMENTE ARBITRADA. MANUTENÇÃO. MEIO DE PERSUAÇÃO QUE VISA AO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL E SOMENTE TEM APLICAÇÃO EM CASO DE RECALCITRÂNCIA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO TJRJ. REFORMA DO *DECISUM* TÃO SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO" (fl. 131e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 151/156e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE

LIMITADO À CORREÇÃO DOS VÍCIOS APONTADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO *DECISUM*. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA FEDERAL. ENFRENTAMENTO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES PARA O COMPLETO JULGAMENTO DA CAUSA. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS" (fl. 164e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos art. 85, §§2º, 3º e 8º, do CPC/2015, sob a tese de que "a quantificação irrisória dos honorários avilta a atividade da Defensoria Pública e viola o disposto no §2º, 3º e 8º do artigo 85 do novo CPC, além dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, encontrando-se tal valor – R\$ 100,00 -, hoje equivalente a 1/10 do salário mínimo, em dissonância com a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça que, em causas similares, tem fixado a verba honorária em patamares bem superiores ao estabelecido no presente caso" (fl. 195e).

Por fim, requer o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 203e).

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 210/211e), foi interposto o presente Agravo (fls. 218/224e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação merece prosperar.

Com efeito, a fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

Por outro lado, a jurisprudência do STJ adotou o entendimento no sentido de que os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que ocorreu no presente caso.

No caso, o Tribunal de origem reduziu os honorários advocatícios, antes arbitrados pela sentença em R\$ 500,00 (quinhentos reais), para R\$ 100,00 (cem reais).

Nesse contexto, a verba honorária sucumbencial fixada, pelo Tribunal **a quo**, em R\$ 100,00, se mostra insuficiente para remunerar o trabalho da Defensoria, o que configura a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, mostrando-se possível a majoração dos honorários pleiteada pela parte ora agravante.

A propósito, em casos análogos, confirmam-se os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE. HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. VALOR IRRISÓRIO. REVISÃO. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do STJ admite, em caráter excepcional, a alteração do quantum arbitrado a título de honorários advocatícios, caso o valor se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. **No caso, o Tribunal de origem manteve a verba honorária fixada na sentença em R\$ 200,00 (duzentos reais), o que configura a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte, mostrando-se possível a majoração dos honorários, conforme decidido monocraticamente (R\$ 500,00 - quinhentos reais).**

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.495.908/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/02/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, DO CPC. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Em sede de agravo em recurso especial é possível ao relator apreciar e julgar monocraticamente o próprio apelo raro, porquanto o artigo 544, § 4º, do Código de Processo Civil, permite o julgamento monocrático do mérito do recurso especial nos autos de agravo nas hipóteses em que o entendimento aplicado resta pacificado no âmbito do STJ.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.**

3. **O óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipótese configurada no caso dos presentes autos.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 530.365/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/02/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço do Agravo e dou provimento ao Recurso Especial**, para restabelecer o valor fixado pela sentença, a título de honorários advocatícios.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

